



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO 22/2021

PROCESSO 0012352-12.2021.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante denominado **TRE-SE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, CEP 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, designados pela Portaria TRE-SE 886/2019, e regida pela Lei 10.520/2002, pela Lei 13.709/2018, pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto-Lei 2.848/1940, pelo Decreto 8.538/2015, pelo Decreto 92.100/1985, pelo Decreto 7.983/2013, pela Resolução CNJ 114/2010, pela Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EM FÓRUMS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO DE SERGIPE, NO FÓRUM DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA E NA SEDE DO TRE-SE EM ARACAJU**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para o seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes.

A sessão pública ocorrerá às **9h (NOVE HORAS)**, **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, de **26 DE JULHO DE 2021**, mediante uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para a execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE em Aracaju**.

1.2 A licitação será realizada em item único.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s) quanto às especificações do objeto contratual.

1.4 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.3 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresários cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.5.4 Empresas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

2.6 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará **“sim”** ou **“não”** em campo próprio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), relativo às seguintes declarações:

2.6.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seu(s) anexo(s).

2.6.2 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

2.6.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2.6.4 Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.6.5 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

2.6.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

2.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na **cláusula quarta, a partir de 14 DE JULHO DE 2021**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **26 DE JULHO DE 2021**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.1.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

3.1.2.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43 da LC nº 123/2006.

3.1.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.1.3.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item **3.1.3.1** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) durante a sessão pública, ficando responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como suportando o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.3.1 Preços em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas nos **Anexos I e VIII** (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente) e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.3.1.1 Para elaborar a proposta o licitante deverá preencher a **Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários constante do Anexo II**.

3.3.2 Especificações do objeto e prazos conforme item **5** deste Edital e **Anexos I e VIII** (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente).

3.3.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos **Anexos I e VIII** (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente).

3.3.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.3.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.5.1 A documentação referida no item **3.5** poderá ser **complementada** nos termos do art. 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

3.5.1.1 A **complementação de documentação de que trata o item 3.5.1 se refere a documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, e que deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021 - TCU - Plenário).**

CLÁUSULA QUARTA

FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em **1º (primeiro) lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

4.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **4.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

4.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (SICAF) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro poderá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

4.2 O licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

4.2.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

4.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.2.1.2.1 Os documentos referidos nos itens **4.2.1.1** e **4.2.1.2** devem contemplar o objeto deste Pregão.

4.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.2.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

4.2.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou Sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.2.2 Prova de regularidade para com a Seguridade Social e as Fazendas federal e (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União) e municipal (do domicílio ou Sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei).

4.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

4.2.5 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede do licitante.

4.2.6 Prova de registro do empresário ou sociedade e do responsável técnico por ele(a) indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) a cuja jurisdição pertençam, o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física emitidas via consulta ao site do respectivo Conselho.

4.2.7 Prova de que o profissional referido no item **4.2.6** (responsável técnico) está a ele vinculado para a execução do serviço objeto deste certame.

4.2.7.1 A exigência do item **4.2.7** relativa à vinculação do responsável técnico pode ser comprovada da seguinte forma:

4.2.7.1.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como Contratante; **ou**

4.2.7.1.2 Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; **ou**

4.2.7.1.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste o profissional como responsável técnico; **ou**

4.2.7.1.4 Declaração de contratação futura do referido profissional, desde que acompanhada da anuência deste.

4.3 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.2.1** a **4.2.7**, desde que os dados registrados/disponibilizados no Sistema permitam a comprovação do atendimento a cada um dos requisitos, devendo cumprir as demais exigências.

4.4 A regularidade do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

4.4.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

4.4.2 O descumprimento do item **4.4.1** implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta feita pelo Pregoeiro aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

4.5 No sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), o licitante deverá emitir declaração indicada no item **2.6.4** deste Edital, no sentido de que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA QUINTA

PRAZOS

5.1 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** contados de sua recepção, considerando-se para este fim a data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Instrumento.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da data em que receber a convocação, assinar o Contrato e optar pela modalidade de garantia, nos termos do item **13** do **Anexo I** (Termo de Referência)..

5.2.1 Integram o Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, o(s) seu(s) anexo(s) e a proposta da Contratada.

5.3 Os prazos, o local e as demais condições de execução da contratação encontram-se definidos nos **Anexos I e VIII** deste Edital (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente).

CLÁUSULA SEXTA

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá, **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br, apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de **até 2 (dois) dias úteis**.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das **7h às 13h**.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/pregoes/pregoes-2021-1/pregoes-2021>.

6.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

6.1.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

6.1.4 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações vincularão os participantes e a Administração.

6.1.5 Accolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

6.2 Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Instrumento, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item **3.1**.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Instrumento.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos para o **item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados **pelo valor total do item**.

6.2.2.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.2.3 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.2.4 Em havendo mais de um registro de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

6.2.3 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação de seu detentor.

6.2.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.2.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item **6.2.4** será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens **6.2.4** e **6.2.5**, a sessão pública se encerrará automaticamente.

6.2.7 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), nos termos do disposto no item **6.2.5**, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances em prol da consecução do melhor preço.

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência (tanto do valor total da contratação quanto das localidades que compõem a planilha prevista no item **6.3.1.1.2.1**), caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.1.2.1 Para a composição do preço, devem ser considerados os montantes indicados na tabela a seguir, que relaciona cada localidade na qual serão executados serviços de conservação, manutenção e reparação ao respectivo valor de referência:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
01	Canindé de São Francisco/SE	Fórum Juiz Manoel Soares Pinto - Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro	35.967,96
02	Simão Dias/SE	Fórum Des. Belmiro da Silveira Góes - Praça Lucila Macedo Déda s/n, Centro	31.745,79

03	Ribeirópolis/SE	Fórum Dr. Luiz Antônio Teixeira - Praça Manoel do Carmo de Jesus, s/n, Centro	56.154,78
04	Itaporanga D'Ajuda/SE	Fórum Des. José Fernandes Prado Vasconcelos - Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro	63.880,92
05	Lagarto/SE	Fórum Juiz Osório de Araújo Ramos - Rodovia Antônio Martins de Menezes, s/n, Centro	46.169,09
06	Propriá/SE	Fórum Juiz João Fernandes de Britto - Av. João Barbosa Porto s/n, Centro	4.739,60
07	Nossa Senhora da Glória/SE	Fórum Juiz Aloísio Vilas-Boas - Av. Manoel Elígio da Mota s/n, Nova Esperança	4.458,65
08	Nossa Senhora do Socorro/SE	Fórum Dr. Gilberto Vila Nova Carvalho - Rua Dr. Manoel dos Passos, s/n, Centro	1.177,21
09	Campo do Brito/SE	Fórum Conselheiro Manoel Cabral Machado - Rua Gabriel de Lima, s/n, Centro	4.439,32
10	Japaratuba/SE	Fórum Alberto Barreto de Azevedo - Rodovia Lúcio Prado, s/n, Centro	4.336,59
11	Aracaju/SE	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, na Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José	24.119,04
12	Aracaju/SE	Sede do TRE-SE - CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho	44.513,61
TOTAL			321.702,56

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme item **6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos com mão de obra, com insumos e, de modo geral, com a aquisição e/ou execução do serviço, conforme o caso, sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.2.1 Para efeito do disposto no item **6.3.1.2.2**, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores **para o item**:

6.3.1.2.2.1.1 Valor orçado pelo TRE-SE.

6.3.1.2.2.1.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE-SE.

6.3.1.2.3 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.3.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.3 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.4 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social.

6.3.1.3.1.5 Consultas a Entidades ou Conselhos de Classe, Sindicatos ou similares.

6.3.1.3.1.6 Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados.

6.3.1.3.1.7 Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

6.3.1.3.1.8 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa.

6.3.1.3.1.9 Estudos setoriais.

6.3.1.3.1.10 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

6.3.1.3.1.11 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

6.3.1.3.1.12 Verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho.

6.3.1.3.1.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.2 Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.2.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

6.3.2.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item **6.3.2.1**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.3.2.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) dentre as propostas empatadas.

6.3.3 Condições Específicas de Aceitabilidade:

6.3.3.1 O(s) licitante(s) classificado(s) em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro e **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), **deverá(ão) enviar** a documentação exigida em conformidade com o item **14 do Anexo I** ao Edital (Termo de Referência), **salientando-se que:**

6.3.3.1.1 O **Anexo II** (Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários), o **Anexo V** (Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais) e o **Anexo VI** (Planilha de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas -BDI) são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pelo licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE-SE, ressalvado o disposto no item **10.4**.

6.3.3.1.1.1 No **Anexo II** (Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários) deverão constar os **valores unitários que compõem o serviço objeto deste certame (vide item 14.1 do Anexo I - Termo de Referência), assim como a sua totalização**.

6.3.3.1.2 O **Anexo IV** (Cronograma Físico-Financeiro) deve contemplar **04 (quatro)** parcelas e ser compatível com o prazo de execução de **120 (cento e vinte) dias**, para fins de melhor acompanhamento da realização dos serviços, desembolso financeiro e cumprimento do prazo contratual.

6.3.3.1.3 A apresentação e a análise dos documentos referidos nos itens **6.3.3.1**, **6.3.3.1.1** e **6.3.3.1.2** precedem a aceitação da proposta classificada em 1º (primeiro) lugar.

6.3.3.1.4 Na hipótese de as Planilhas serem apresentadas com incorreções, o Pregoeiro poderá conceder prazo ao licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível, para que proceda aos devidos ajustes.

6.3.3.2 São vedadas:

6.3.3.2.1 A indicação de item/serviço como verba.

6.3.3.2.2 A inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no **Anexo II** (Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários).

6.3.3.3 Para além do disposto no item **6.3.1.2**, **será recusada a proposta que:**

6.3.3.3.1 Apresente valor total superior a **R\$ 321.702,56** (trezentos e vinte e um mil, setecentos e dois Reais e cinquenta e seis centavos) .

6.3.3.3.2 Contenha valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Anexo II** (Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários) e do **Anexo IV** (Cronograma Físico-Financeiro).

6.3.3.3.2.1 Caso ocorra o disposto no item **6.3.3.3**, proceder-se-á conforme os itens **6.3.3.1** e **6.3.3.2**, de modo que seja mantido ou reduzido o preço global.

6.3.3.3.2.2 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro, prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços apresentado(s).

6.3.3.4 Se deixar de apresentar a(s) planilha(s) conforme estabelecido neste Edital ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pelo Pregoeiro, a proposta do licitante será desclassificada e ele estará sujeito à penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, prosseguindo-se o certame com a convocação de outro licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.4 Condições de Habilitação:

6.3.4.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** pelo licitante quando se fizer necessária essa providência.

6.3.4.1.1 A documentação **complementar** deve ser encaminhada após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que acolhida justificativa plausível do licitante.

6.3.4.1.1.1 O encaminhamento da documentação deve ser feito **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.3.4.1.2 Tem-se por **complementares à habilitação** os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos na **cláusula quarta**, observado o disposto no item **3.5.1.1**.

6.3.5 Outras Disposições:

6.3.5.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3.5.1.1 Na situação prevista no item **6.3.5.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens **6.3.1, 6.3.2, 6.3.3 e 6.3.4**.

6.3.5.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/1999.

6.3.5.2.1 Havendo a necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.5.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e o registro da ocorrência em ata.

6.3.5.3 Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.5.3.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.5.2.1**.

6.3.5.4 Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme previsto na **cláusula oitava**.

6.3.5.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejem a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo notificados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

7.5 Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em **até 5 (cinco) dias úteis**.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado aos licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na Sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, nos casos de:

7.8.1 Anulação ou revogação deste Pregão Eletrônico, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

7.8.2 Rescisão da contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

7.9 Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.9.1 A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8 e 9.7** deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**, desde que regularmente atendidos os critérios de habilitação.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de **até 2 (dois) dias úteis para assinar o Contrato, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa aceitável**.

8.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento e/ou recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.

8.4 A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.5 A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.7**.

8.6 A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.7 A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.8 No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA

PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

9.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, em seu(s) Anexo(s), e das demais cominações legais:

9.1.1 Por até 2 (dois) meses, quando não entregar a documentação exigida para o certame.

9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:

9.1.2.1 Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

9.1.2.2 Quando não manter a proposta.

9.1.3 Por até 2 (dois) anos, quando comportar-se de modo inidôneo.

9.2 O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

9.3 A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido do licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

9.4 O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.5 Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

9.6 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia ao interessado, mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado de sua notificação.

9.7 A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado da notificação do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA**DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1 Integram este Edital os seguintes Anexos:

10.1.1 Anexo I – Termo de Referência.

10.1.2 Anexo II – Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.

10.1.3 Anexo III - Demonstrativo de Composições de Preços Unitários do Empreendimento.

10.1.4 Anexo IV - Cronograma Físico Financeiro.

10.1.5 Anexo V - Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais.

10.1.6 Anexo VI - Planilha de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

10.1.7 Anexo VII - Cronograma de Desembolso Máximo.

10.1.8 Anexo VIII - Minuta do Contrato.

10.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento, alteração de preços e sanções contratuais constam dos **Anexos I e VIII** (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente).

10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

10.4 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a Contratada obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no item **10.1 do Anexo I ao Edital (Termo de Referência)**.

10.5 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e da habilitação, observando-se para tanto os termos dos itens **3.5.1.1** e **6.3.5.2.1**.

10.6 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

10.7 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.8 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), a Lei 10.520/2002, a Lei 13.709/2018, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, o Decreto 8.538/2015, o Decreto 92.100/1985, o Decreto 7.983/2013, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA****1 DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE em Aracaju, conforme condições estabelecidas neste Instrumento.

1.1.1 Descrição do Objeto:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	2222-5	SERVIÇO ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju, em regime de empreitada por preço global.	321.702,56

1.1.2 Tabela Descritiva das Localidades para Execução dos Serviços de Conservação, Manutenção e Reparação:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
01	Canindé de São Francisco/SE	Fórum Juiz Manoel Soares Pinto - Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro	35.967,96
02	Simão Dias/SE	Fórum Des. Belmiro da Silveira Góes - Praça Lucila Macedo Déda s/n, Centro	31.745,79
03	Ribeirópolis/SE	Fórum Dr. Luiz Antônio Teixeira - Praça Manoel do Carmo de Jesus, s/n, Centro	56.154,78
04	Itaporanga D'ajuda/SE	Fórum Des. José Fernandes Prado Vasconcelos - Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro	63.880,92
05	Lagarto/SE	Fórum Juiz Osório de Araújo Ramos - Rodovia Antônio Martins de Menezes, s/n, Centro	46.169,09
06	Propriá/SE	Fórum Juiz João Fernandes de Britto - Av. João Barbosa Porto s/n, Centro	4.739,60
07	Nossa Senhora da Glória/SE	Fórum Juiz Aloísio Vilas-Boas - Av. Manoel Elígio da Mota s/n, Nova Esperança	4.458,65

08	Nossa Senhora do Socorro/SE	Fórum Dr. Gilberto Vila Nova Carvalho - Rua Dr. Manoel dos Passos, s/n, Centro	1.177,21
09	Campo do Brito/SE	Fórum Conselheiro Manoel Cabral Machado - Rua Gabriel de Lima, s/n, Centro	4.439,32
10	Japaratuba/SE	Fórum Alberto Barreto de Azevedo - Rodovia Lúcio Prado, s/n, Centro	4.336,59
11	Aracaju/SE	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, na Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José	24.119,04
12	Aracaju/SE	Sede do TRE-SE - CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho	44.513,61
TOTAL			321.702,56

1.2 Justificativa para Contratação do Objeto:

1.2.1 Os serviços de manutenção, conservação e reparação nos imóveis do Tribunal são essenciais à preservação da vida útil das instalações, garantindo condições ambientais necessárias ao desenvolvimento das atividades, com vistas ao atendimento das demandas dos clientes do TRE-SE.

1.3 Justificativa da Reunião em Item Único:

1.3.1 A reunião em item único dos serviços que possuem caráter similar e não teriam preço atrativo ao mercado, se considerados isoladamente, visa a estimular a competição, obter maior economia e diminuir o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela Administração Pública.

1.3.2 A opção por realizar a licitação em item único decorre de aspectos operacionais vinculados à otimização da atividade de gestão da contratação, através de um maior controle da execução do Contrato e salutar economicidade, corroborando com os preceitos da Administração Pública.

1.3.3 O Tribunal de Contas da União - TCU se pronunciou através dos Acórdãos 5.260/2011 - 1ª Câmara e 861/2013 - Plenário, no sentido de que é lícito o agrupamento de itens, a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza, que guardem relação entre si e que seja econômica e tecnicamente viável.

1.3.3.1 Os citados Acórdãos deixam claro que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, além de levar a uma otimização do gerenciamento dos contratos de fornecimento.

1.3.4 Ainda em conformidade à orientação do TCU, a licitação por itens ou lotes não pode afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer sua perfeita execução.

1.3.5 Desta forma, usando o entendimento da Corte Superior de Contas, a contratação através de item único, neste caso, traz mais vantagens e benefícios para o TRE-SE, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, com um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, maior interação, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido, além da concentração da garantia dos resultados. Ademais, os custos podem ser reduzidos, pois, na construção civil, a compra de materiais em maior quantidade leva a uma economia de escala.

1.4 Justificativa para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade Ambiental:

1.4.1 Dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Nesse diapasão, o TRE-SE insere em seus procedimentos rotineiros práticas mais sustentáveis de consumo. Ao optar pela busca da sustentabilidade, o TRE se adequa à sua missão constitucional e se habilita a divulgar, promover e até mesmo cobrar da sociedade ações semelhantes.

1.4.2 A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010).

1.4.3 A adoção de práticas de sustentabilidade ambiental atende à Recomendação nº 11, de 22.5.2007, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que visa à correta preservação e recuperação do meio ambiente, a exemplo da "utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental levando em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável - *segurança para o usuário e instalações*", buscando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental.

1.4.4 Todos os critérios ambientais inseridos no presente Instrumento respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

1.4.5 As soluções de sustentabilidade fizeram parte dos projetos, desde sua concepção, buscando alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo. Permitem a compra de materiais com minimização de impactos, a previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização, uso ou disposição adequados.

1.5 Da Qualificação Técnica:

1.5.1 O licitante, para habilitar-se, deverá atender às seguintes exigências:

1.5.1.1 Apresentar prova de registro do empresário ou sociedade e do responsável técnico por ele(a) indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) a cuja jurisdição pertençam, o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física emitidas via consulta ao *site* do respectivo Conselho.

1.5.1.2 Provar que o profissional referido no item **1.5.1.1** (responsável técnico) está a ele vinculado para a execução do serviço objeto deste certame.

1.5.1.2.1 A exigência do item **1.5.1.2** relativa à vinculação do responsável técnico pode ser comprovada da seguinte forma:

1.5.1.2.1.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como Contratante; **ou**

1.5.1.2.1.2 Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; **ou**

1.5.1.2.1.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste o profissional como responsável técnico; **ou**

1.5.1.2.1.4 Declaração de contratação futura do referido profissional, desde que acompanhada da anuência deste.

2 DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju, **deverão ser executados concomitantemente**.

2.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização da Gestora da Contratação e será anotada no livro de ordem, assim como todo o acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

2.3 Será exigido o emprego de materiais e mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

2.4 Os materiais e/ou serviços não previstos nesta Especificação constituem casos especiais, devendo ser apreciados pela Gestora da Contratação.

2.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação da Gestora da Contratação e autorizado por escrito.

2.6 Critérios a serem obedecidos:

2.6.1 Nas divergências entre as medidas verificadas e as indicadas na planilha, prevalecerão as verificadas nos locais a serem reformados.

2.6.2 Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.

2.6.3 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

3 DOS PRAZOS

3.1 O prazo de execução da contratação a ser firmada com o licitante vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se da data estabelecida na ordem de serviço.

3.2 O prazo de vigência da contratação será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

3.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **3.1** e **3.2** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

4 DOS SERVIÇOS

4.1 CANINDE DE SÃO FRANCISCO

4.1.1 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

4.1.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.1.1.2 A CONTRATADA deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, salientando-se que as instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

4.1.2 IMPERMEABILIZAÇÃO

4.1.2.1 Demolir o reboco em volta dos chumbadores do portão de acesso de veículos.

4.1.2.2 Demolir o reboco nas extremidades das peças de madeira da cobertura que estão mostrando nas platibandas.

4.1.2.3 Demolir o reboco internamente e externamente nas fissuras existentes nos cantos das janelas da sala do juiz e no apoio administrativo, na largura de 15 cm.

4.1.2.4 Aplicar selante a base de poliuretano nas fissuras descritas no item **4.1.2.3**, bem como nos contornos da janelas de alumínio do Fórum.

4.1.2.5 Aplicar tela de aço galvanizado com malha de 25 mm e bitola 1,25 mm sobre os chumbadores do portão de acesso de veículos e nas fissuras das janelas da sala do juiz e no apoio administrativo.

4.1.2.6 Aplicar novo reboco nas platibandas onde estão ocorrendo as falhas nas peças de madeira da cobertura, no revestimento dos chumbadores do portão de acesso de veículos e nas áreas das fissuras que foram recuperadas.

4.1.3 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

4.1.3.1 Promover a revisão de 5 pontos de iluminação e 5 de tomadas que não estão funcionando no Fórum, com substituição dos itens necessários para garantir o perfeito funcionamento das luminárias e tomadas.

4.1.4 PINTURA

4.1.4.1 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

4.1.4.2 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Canindé de São Francisco deverá ser pintado. Internamente nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

4.1.4.3 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidades, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

4.1.4.4 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.1.4.5 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

4.1.4.6 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

4.1.4.7 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

4.1.4.8 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum, deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos.

4.1.5 DIVERSOS

4.1.5.1 Refazer o rejuntamento do revestimento cerâmico e de mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

4.1.5.2 Executar pintura de proteção com epóxi - óxido de ferro sobre as dobradiças dos portões de ferro de entrada do Fórum, tanto o de acesso de pedestres, quanto o de veículos.

4.1.5.3 Fornecer e instalar novo sifão tipo copo e nova válvula de pvc no tanque existente na área de serviço do Fórum.

4.1.5.4 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

4.1.5.5 Fornecer e instalar fita adesiva auto colante no vidro temperado existente na entrada do Fórum, na cor e altura definidas pela fiscalização.

4.1.5.6 Substituir os joelhos e tubulação de descida de águas pluviais da cobertura do barrilete, de forma a não permitir a passagem de água para o interior do prédio.

4.1.5.7 O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela CONTRATADA, cumprindo-lhe arcar com todos os custos daí decorrentes.

4.2 SIMÃO DIAS

4.2.1 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

4.2.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.2.1.2 A CONTRATADA deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, salientando-se que as instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

4.2.2 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

4.2.2.1 Demolir o reboco do teto do arquivo que ainda existe, bem como os das paredes que se encontram descolando ou fissurando.

4.2.2.2 Remover três portas danificadas pelo incêndio no arquivo.

4.2.2.3 Remover 5 luminárias danificadas pelo incêndio no arquivo.

4.2.2.4 Remover o que sobrou das câmeras, sensores de presença e luminária de emergência danificados pelo incêndio no arquivo.

4.2.2.5 Remover todo o piso cerâmico do arquivo e seu contrapiso.

4.2.3 REVESTIMENTO

4.2.3.1 Executar novo chapisco nas paredes e no teto do arquivo, nos locais afetados pelo incêndio, utilizando argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

4.2.3.2 Executar novo reboco nas paredes e no teto do arquivo, nos locais afetados pelo incêndio, utilizando argamassa traço t6 - 1:2:10 (cimento/cal/areia), espessura 1,5 cm.

4.2.3.3 Executar rasgos na alvenaria, nos locais onde existem fissuras causadas pelo incêndio, nas salas e circulação vizinhas ao arquivo.

4.2.3.4 Aplicar Tela Fix com a largura de 15 cm sobre as fissuras existentes e que foram causadas pelo incêndio.

4.2.4 PAVIMENTAÇÃO

4.2.4.1 Executar nova camada de regularização de base para revestimento de pisos, com argamassa de cimento e areia, traço t4, com espessura de 2,5 cm em todo o piso do arquivo.

4.2.4.2 Fornecer e assentar piso cerâmico de 60 x 60 cm, na cor bege, da Eliane ou similar, PEI 4, aplicado com argamassa industrializada AC-III, rejuntada com epoxi, em todo o arquivo.

4.2.5 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

4.2.5.1 Executar 8 novos pontos de iluminação, tomadas e interruptor, com eletrodutos, caixa e cabos novos, nos mesmos locais onde existiam os pontos antes do incêndio do arquivo, perfeitamente identificáveis no local.

4.2.5.2 Fornecer e instalar 4 novas tomadas 2P+T, embutidas, de 20 A, no arquivo e nas áreas afetadas pelo incêndio do arquivo, seguindo o mesmo padrão dos existentes no restante do prédio.

4.2.5.3 Fornecer e instalar 1 interruptor de uma seção, em substituição ao danificado pelo incêndio, seguindo o mesmo padrão dos existentes no restante do prédio.

4.2.5.4 Fornecer e instalar 3 luminárias de sobrepor com aletas, com duas lâmpadas de 2 x 32w, com reator duplo, seguindo o padrão existente no Fórum.

4.2.5.5 Fornecer e instalar 1 luminária de emergência na circulação em frente ao arquivo, seguindo o padrão das demais existentes no Fórum.

4.2.6 ESQUADRIAS/VIDRO

4.2.6.1 Fornecer e instalar 3 novas portas de madeira compensada, lisa, semi-oca, com dimensões de 0,80 x 2,10 m, revestidas com fórmica, em substituição às danificadas pelo incêndio, seguindo o

mesmo padrão de cores existentes no Fórum.

4.2.6.2 Fornecer e instalar vidro liso fumê, com 4 mm de espessura nas janelas do arquivo.

4.2.7 PINTURA

4.2.7.1 Todo o arquivo e demais paredes do prédio do Fórum Eleitoral de Simão Dias que foram afetadas pelo incêndio deverão ser pintados. Internamente na laje, deverá ser feito todo o emassamento com duas demãos de massa corrida, uma vez que haverá reboco novo; já nas paredes, será feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes nas áreas afetadas pelo incêndio; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com a consequente aplicação de uma demão de massa acrílica; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium nas áreas afetadas pelo incêndio.

4.2.7.2 As três portas de madeira novas, terão suas aduelas e alisares lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor das demais portas do Fórum.

4.2.8 DIVERSOS

4.2.8.1 Promover a limpeza dos pisos e revestimentos cerâmicos que se encontram manchados pela fumaça gerada pelo incêndio.

4.2.8.2 O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela CONTRATADA, cumprindo-lhe arcar com todos os custos daí decorrentes.

4.3 RIBEIRÓPOLIS

4.3.1 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

4.3.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.3.1.2 A CONTRATADA deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, salientando-se que as instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim

4.3.2 IMPERMEABILIZAÇÃO

4.3.2.1 Retirar e posteriormente reassentar as telhas onduladas de fibrocimento para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária.

4.3.2.2 Demolir o reboco no alinhamento das fissuras existentes no encontro da viga com a alvenaria na parede pintada de verde sobre a cobertura, bem como no alinhamento onde está fixada a manta aluminizada do telhado menor, na largura de 15 cm; demolir o reboco que se encontram soltando nas bases das paredes internas do Fórum na altura de 50 cm; demolir também o reboco da parede do atendimento sob a máquina de ar condicionado, que se encontra soltando e ainda o reboco de revestimento da tubulação de descida de águas pluviais que passa pela sala de audiência.

4.3.2.3 Remover toda a manta asfáltica aluminizada da calha do telhado menor da cobertura, bem como a manta aluminizada existente sobre os rufos de concreto nos locais onde a manta está danificada, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária.

4.3.2.4 Executar rasgos na alvenaria para chumbamento da manta aluminizada nova a ser aplicada na calha, bem como para aplicação de selante nas fissuras existentes na parede sobre a cobertura.

4.3.2.5 Aplicar selante a base de poliuretano nas fissuras existentes na parede sobre a cobertura, bem como nos contornos da janelas de alumínio do Fórum.

4.3.2.6 Aplicar tela de aço galvanizado com malha de 25 mm e bitola 1,25 mm sobre as fissuras existentes no encontro da viga com a alvenaria na parede pintada de verde sobre a cobertura.

4.3.2.7 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nas bases das paredes internas e na parede do atendimento sob a máquina de ar condicionado.

4.3.2.8 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante, tipo Vedacit ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **4.3.2.7**.

4.3.2.9 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura na calha do telhado menor da cobertura, no ralo de descida da calha central, no trecho sobre a sala de audiência, bem como sobre os rufos de concreto nos locais onde a manta está danificada, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária.

4.3.2.10 Após a aplicação da manta na calha no telhado menor da cobertura, aplicar tela de poliéster com 15 cm de largura em toda a extensão do ponto de chumbamento da manta na parede sobre a cobertura e ainda no revestimento do tubo de descida de águas pluviais, no interior da sala de audiência.

4.3.2.11 Executar novo reboco cobrindo as telas de aço e de poliéster aplicadas nos serviços de recuperação do Fórum, bem como no revestimento da tubulação de descida de águas pluviais, no interior da sala de audiência.

4.3.3 PINTURA

4.3.3.1 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

4.3.3.2 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Ribeirópolis deverá ser pintado. Internamente nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

4.3.3.3 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidades, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

4.3.3.4 Antes da aplicação da pintura externa das paredes nas fachadas Leste e Sul do prédio, aplicar o impermeabilizante acrílico Fuseprotec da Viapol ou similar.

4.3.3.5 Nas paredes que receberão a cor verde, deverá haver a aplicação de nova textura acrílica antes da aplicação da nova pintura.

4.3.3.6 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.3.3.7 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

4.3.3.8 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

4.3.3.9 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

4.3.3.10 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum, deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos.

4.3.4 DIVERSOS

4.3.4.1 Refazer o rejuntamento do revestimento cerâmico e de mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

4.3.4.2 Fornecer e instalar 2 (duas) telhas onduladas de fibrocimento de 6 mm, em substituição às que se encontram quebradas na cobertura.

4.3.4.3 Fornecer e instalar vidro liso fumê, com 4 mm de espessura na janela da circulação dos banheiros de uso público, que se encontra pequeno, possibilitando a entrada de água da chuva para o interior do prédio.

4.3.4.4 Fornecer e instalar 3 (três) novas luminárias de sobrepor com aletas, para lâmpadas fluorescentes, 2 x 32W, seguindo o modelo existente.

4.3.4.5 Substituir os joelhos 90º de pvc, bem como a tubulação de descida de águas pluviais da calha central, que passa pelo interior da sala de audiência.

4.3.4.6 O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela CONTRATADA, cumprindo-lhe arcar com todos os custos daí decorrentes.

4.4 ITAPORANGA D'AJUDA

4.4.1 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

4.4.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.4.1.2 A CONTRATADA deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, salientando-se que as instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

4.4.2 IMPERMEABILIZAÇÃO

4.4.2.1 Retirar e posteriormente reassentar as telhas onduladas de fibrocimento para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária.

4.4.2.2 Remover toda a manta asfáltica aluminizada da calha do telhado menor da cobertura, bem como a manta aluminizada existente sobre os rufos de concreto nos locais onde a manta está danificada

e onde haverá substituição de rufos de concreto, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária.

4.4.2.3 Executar rasgos na alvenaria para chumbamento da manta aluminizada nova a ser aplicada na calha, bem como para aplicação de selante nas fissuras existentes na parede sobre a cobertura e nas fissuras em cantos de janelas do Fórum.

4.4.2.4 Demolir o reboco no alinhamento das fissuras existentes no encontro da viga com a alvenaria na parede pintada de verde sobre a cobertura, bem como o reboco internamente e externamente nas fissuras existentes nos cantos das janelas do Fórum, na largura de 15 cm, além do reboco nas bases dos 3 pilares da varanda; demolir também o reboco da descida de águas pluviais da calha no lado voltado para o TJ. Remover o reboco que envolve os ferros na área interna dos bancos de concreto existentes na fachada, para sua recuperação.

4.4.2.5 Aplicar selante à base de poliuretano nas fissuras existentes na parede sobre a cobertura e nas fissuras existentes nos cantos e nas proximidades das janelas do Fórum, bem como nos contornos da janelas de alumínio do Fórum.

4.4.2.6 Aplicar tela de aço galvanizado com malha de 25 mm e bitola 1,25 mm sobre as fissuras existentes no encontro da viga com a alvenaria na parede pintada de verde sobre a cobertura e nas fissuras existentes nos cantos e nas proximidades das janelas do Fórum.

4.4.2.7 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura na calha do telhado menor da cobertura, bem como sobre os rufos de concreto nos locais onde a manta está danificada e onde os rufos serão substituídos, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária.

4.4.2.8 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nas bases dos 3 pilares da varanda.

4.4.2.9 Após a aplicação da manta na calha no telhado menor da cobertura, aplicar tela de poliéster com 15 cm de largura em toda a extensão do ponto de chumbamento da manta na parede sobre a cobertura.

4.4.2.10 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante, tipo Vedacit ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **4.4.2.8**.

4.4.2.11 Remover com escova de aço a ferrugem da ferragem exposta sob os bancos de concreto armado na área externa do prédio, aplicando em seguida o neutralizador de ferrugem e posteriormente executar a recomposição do reboco antes da pintura final.

4.4.2.12 Executar novo reboco cobrindo as telas de aço e de poliéster aplicadas nos serviços de recuperação do Fórum.

4.4.3 PINTURA

4.4.3.1 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

4.4.3.2 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Itaporanga D'Ajuda deverá ser pintado. Internamente nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

4.4.3.3 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidades, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

4.4.3.4 Antes da aplicação da pintura externa nas paredes das fachadas Oeste e Sul do prédio, aplicar o impermeabilizante acrílico Fuseprotec da Viapol ou similar.

4.4.3.5 Nas paredes que receberão a cor verde, deverá haver a aplicação de nova textura acrílica antes da aplicação da nova pintura.

4.4.3.6 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.4.3.7 Os gradis de ferro que fecham o terreno, a grade da porta de serviço, a grade de passagem para o TJ, a escada de marinho e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão. Antes da pintura desse gradil, executar a recuperação prevista no item **4.4.5.8**.

4.4.3.8 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

4.4.3.9 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

4.4.3.10 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum, deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente, com duas demãos.

4.4.4 MURO - RECUPERAÇÃO

4.4.4.1 Demolir trecho de 12 m do muro que faz divisa com o Tribunal de Justiça que está apresentando desnível.

4.4.4.2 Executar cinta inferior e cinta superior com bloco tipo calha "u", preenchidos com concreto armado.

4.4.4.3 Instalar ferragem CA-50 para amarração da nova alvenaria com os pilares.

4.4.4.4 Executar nova alvenaria de bloco cerâmico, com espessura de 9 cm, em substituição à alvenaria desnivelada existente no local já descrito.

4.4.4.5 Executar 4 novos pilares de concreto armado, na extensão do trecho demolido.

4.4.4.6 Chapiscar a nova alvenaria com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3.

4.4.4.7 Rebocar a nova alvenaria com argamassa de cimento, cal e areia, no traço 1:2:8.

4.4.4.8 Pintar com esmalte sintético acetinado, na cor preta, o portão que existe neste muro, para ligação entre o TRE e o TJ.

4.4.4.9 Pintar com tinta PVA látex o novo trecho do muro.

4.4.4.10 É de responsabilidade da CONTRATADA retirar da área do TRE todo o entulho gerado pela demolição desse trecho de muro, cumprindo-lhe arcar com todos os custos daí decorrentes.

4.4.5 DIVERSOS

4.4.5.1 Refazer o rejuntamento do revestimento cerâmico e de mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

4.4.5.2 Demolir os rufos de concreto armado que se encontram quebrados na cobertura do Fórum, seguindo a quantidade indicada na planilha orçamentária.

4.4.5.3 Fornecer e instalar novos rufos de concreto na cobertura do Fórum, seguindo a quantidade indicada na planilha orçamentária.

4.4.5.4 Executar regularização para recebimento de revestimento de pedra miracema no acesso de pedestres ao Fórum.

4.4.5.5 Fornecer e assentar piso em pedra miracema na mureta da fachada e no acesso de pedestres, que se encontram quebrados.

4.4.5.6 Fornecer e assentar tampa de concreto com dimensões de 40 x 40 x 0,7 cm, numa caixa de passagem de instalações elétricas no fundo do prédio.

4.4.5.7 Executar a recuperação e fechamento de trecho do forro de gesso, com uso de placas de 60 x 60 cm.

4.4.5.8 Executar a recuperação do gradil da fachada, eliminando as aberturas observadas nas chapas do gradil da fachada.

4.4.5.9 Executar a revisão das grades de alumínio da fachada, que se encontram soltas e necessitam de fixação.

4.4.5.10 Fornecer e instalar 6 espelhos redondos do tipo cristal, com diâmetro de 40 cm e molduras de alumínio.

4.4.5.11 Fornecer e instalar vidro liso fumê, com 4 mm de espessura na janela da sala de reunião, que se encontra quebrado.

4.4.5.12 Promover a revisão de 5 pontos de iluminação que não estão funcionando no Fórum, com substituição dos itens necessários para garantir o perfeito funcionamento das luminárias.

4.4.5.13 Colar o piso tátil de borracha do atendimento que se encontra solto.

4.4.5.14 Fornecer e instalar 34 novas tomadas de embutir, 2P+T, 10 A, em substituição às existentes que estão fora do padrão.

4.4.5.15 Substituir os joelhos de pvc e tubos soldáveis de 100 mm, da descida de águas pluviais da cobertura, que se encontram embutidas na fachada voltada para o TJ. Eliminar o entroncamento de tubulação numa caixa sob o telhado na extremidade voltada para o TJ.

4.4.5.16 O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela CONTRATADA, cumprindo-lhe arcar com todos os custos daí decorrentes.

4.5 LAGARTO

4.5.1 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

4.5.1.1 Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.5.1.2 A CONTRATADA deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade, salientando-se que as instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

4.5.2 IMPERMEABILIZAÇÃO

- 4.5.2.1** Demolir o reboco nas bases das paredes das salas de audiência e de serviços internos nos locais danificados, numa altura de 50 cm, bem como o reboco existente no chumbamento da manta aluminizada na parede na largura de 15 cm, na calha do telhado menor da cobertura.
- 4.5.2.2** Remover toda a manta asfáltica aluminizada existente sobre os rufos de concreto da cobertura, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária.
- 4.5.2.3** Aplicar tela de poliéster com 15 cm de largura em toda a extensão do ponto de chumbamento da manta do telhado menor na parede sobre a cobertura.
- 4.5.2.4** Aplicar selante à base de poliuretano nos contornos das janelas de alumínio nas fachadas do prédio e ainda nas emendas dos peitoris de granito dessa janelas.
- 4.5.2.5** Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura sobre todos os rufos de concreto da cobertura.
- 4.5.2.6** Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nas bases das paredes das salas de audiência e de serviços internos onde houver a remoção do reboco existente.
- 4.5.2.7** Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante, tipo Vedacit ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **4.5.2.6**.
- 4.5.2.8** Executar novo reboco cobrindo a tela de poliéster aplicada nos serviços de recuperação do Fórum e ainda nos fechamentos dos buracos existentes na fachada nos acessos das tubulações de ar condicionado.

4.5.3 PINTURA

- 4.5.3.1** Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.
- 4.5.3.2** Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Lagarto deverá ser pintado. Internamente nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.
- 4.5.3.3** As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidades, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.
- 4.5.3.4** Sobre o topo das paredes que receberão a cor verde, deverá haver a aplicação de nova textura acrílica antes da aplicação da nova pintura. Também deverão ser realizados os reparos necessários com textura acrílica, antes da pintura final dessas paredes.
- 4.5.3.5** Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.
- 4.5.3.6** Os gradis de ferro que fecham o terreno, a grade da porta de serviço, a grade de fechamento da lateral direita do prédio, a escada de marinho e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.
- 4.5.3.7** As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.
- 4.5.3.8** As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.
- 4.5.3.9** Todo o muro que delimita o terreno do Fórum, deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos.

4.5.4 DIVERSOS

- 4.5.4.1** Refazer o rejuntamento do revestimento cerâmico e de mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.
- 4.5.4.2** Fornecer e instalar duas novas fechaduras para portas internas, IMAB, linha Duna ou similar em substituição a duas existentes que estão quebradas.
- 4.5.4.3** Fornecer e instalar 2 (duas) telhas onduladas de fibrocimento de 6 mm, em substituição às que se encontram quebradas na cobertura.
- 4.5.4.4** Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.
- 4.5.4.5** Colar o piso tátil de borracha do atendimento que se encontra solto.
- 4.5.4.6** Substituir a película fumê insuflado da porta de entrada do Fórum.
- 4.5.4.7** Fornecer e instalar grade de ferro para fechamento do hidrômetro na mureta frontal do Fórum.
- 4.5.4.8** Substituir os joelhos de pvc e tubos soldáveis de 100 mm, da descida de águas pluviais da cobertura, que se encontram embutidas na fachada que faz divisa com a sala de audiência. Fornecer e instalar tubulação de descida aparente interligando a saída da calha volta para o ginásio do fundo do Fórum, de maneira que a água pluvial desça pela tubulação e seja despejada no nível da calçada.
- 4.5.4.9** Executar rasgos no reboco do fundo da laje da varanda, próximo às extremidades do mármore da fachada, criando uma pingadeira no contorno.
- 4.5.4.10** O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela CONTRATADA, cumprindo-lhe arcar com todos os custos daí decorrentes.

4.6 PROPRIÁ

4.6.1 DIVERSOS

- 4.6.1.1** Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.
- 4.6.1.2** É encargo da CONTRATADA providenciar o deslocamento da equipe para realizar esses serviços.
- 4.6.1.3** Todo o interior do Fórum Eleitoral de Propriá deverá ser pintado, devendo antes executar a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa corrida; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, seguindo o padrão de cores existentes atualmente.
- 4.6.1.4** As portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.7 NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

4.7.1 DIVERSOS

- 4.7.1.1** Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.
- 4.7.1.2** É encargo da CONTRATADA providenciar o deslocamento da equipe para realizar esses serviços.
- 4.7.1.3** Demolir o reboco nos locais das fissuras observadas, numa largura de 15 cm, aplicar tela de poliéster com 15 cm de largura em toda a extensão e posteriormente, aplicar novo reboco sobre a tela.
- 4.7.1.4** Todo o interior do Fórum Eleitoral de Nossa Senhora da Glória deverá ser pintado, devendo antes executar a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa corrida; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, seguindo o padrão de cores existentes atualmente.
- 4.7.1.5** As portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.8 NOSSA SENHORA DO SOCORRO

- 4.8.1** Fornecer e instalar película fumê insuflado ou similar em todas as janelas do atendimento do Fórum.

4.9 CAMPO DO BRITO

4.9.1 DIVERSOS

- 4.9.1.1** Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.
- 4.9.1.2** É encargo da CONTRATADA providenciar o deslocamento da equipe para realizar esses serviços.
- 4.9.1.3** Executar base em concreto simples regularizado, para receber a nova caixa d'água.
- 4.9.1.4** Fornecer e instalar nova caixa d'água de polietileno, com capacidade de 1000 l, no fundo do Fórum. Essa nova caixa receberá a água proveniente da concessionária e será interligada à caixa d'água existente no barrilete, de maneira a garantir maior capacidade de armazenamento de água no Fórum.
- 4.9.1.5** Fornecer e instalar conjunto moto-bomba com motor de 1/2 cv para permitir a transferência de água do térreo para a caixa existente no barrilete.
- 4.9.1.6** As portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.10 JAPARATUBA

4.10.1 DIVERSOS

- 4.10.1.1** Para acompanhamento e condução dos operários, a CONTRATADA deverá manter um encarregado/responsável pela execução dos serviços contratados.

4.10.1.2 É encargo da CONTRATADA providenciar o deslocamento da equipe para realizar esses serviços.

4.10.1.3 Demolir vão na parede do atendimento para instalar caixa de ar condicionado, que será transferido de localização.

4.10.1.4 Remover grade de ferro e a caixa pré-moldada existentes na parede do fundo do Fórum e reinstalá-los na parede do atendimento, conforme indicação da fiscalização.

4.10.1.5 Fechar vão do ar condicionado transferido, com alvenaria de bloco cerâmico, aplicar tela de poliéster no seu contorno, interno e externo, chapiscar e rebocar nos dois lados do fechamento do vão.

4.10.1.6 Executar novo ponto de ar condicionado ao lado da nova localização para o referido aparelho, com tubulações, caixas, cabos e tomadas devidamente embutidos.

4.10.1.7 Desmontar a divisória divilux existente e fornecer bandeiras de divisória divilux/naval novas. Instalar divisória no mesmo local atualmente existente, aproveitando o material desmontado e complementando a bandeira até o teto, mantendo-se a porta no mesmo local existente.

4.10.1.8 Todo o interior do Fórum Eleitoral de Japarutaba deverá ser pintado, devendo antes executar a recuperação das fissuras com a aplicação de uma demão de massa corrida; posteriormente, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, seguindo o padrão de cores existentes atualmente.

4.10.1.9 As portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

4.11 FÓRUM ALOÍSIO DE ABREU

4.11.1 2ª ZONA ELEITORAL

4.11.1.1 Remover duas portas de entrada da 2ª Zona Eleitoral, sendo uma para acesso de eleitor e outra para acesso de servidores. Será mantido sem alterações o 2º acesso de servidores existente.

4.11.1.2 Remover a soleira de granito na entrada dos servidores onde haverá retirada da porta de madeira.

4.11.1.3 Demolir trecho da alvenaria ao lado da porta de acesso de eleitores, aumentando assim o vão para colocação de vidro temperado.

4.11.1.4 Executar verga de concreto armado sobre esse vão ampliado de acesso de eleitores.

4.11.1.5 Executar alvenaria bloco cerâmico fechando o 1º acesso de servidores.

4.11.1.6 Executar chapisco com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, em ambos os lados da nova alvenaria executada.

4.11.1.7 Aplicar tela de poliéster no contorno da porta a ser demolida, internamente e externamente, de maneira a evitar o aparecimento de fissuras.

4.11.1.8 Aplicar reboco de argamassa de cimento, cal e areia, no traço 1:2:8, nos dois lados da nova alvenaria executada.

4.11.1.9 Desmontar o trecho de divisória divilux existente na área de atendimento ao eleitor.

4.11.1.10 Fornecer e instalar porta com 1,00 x 2,10 m e painel fixo com 0,80 x 2,10 m, em vidro temperado incolor, com 10 mm de espessura, no novo vão de acesso ao eleitor, com fechadura, puxador simples e todas as ferragens e acessórios necessários para o seu funcionamento.

4.11.1.11 Fornecer e instalar mola hidráulica de piso sob a nova porta a ser instalada.

4.11.1.12 Executar a recuperação do forro de gesso da Zona Eleitoral, que apresenta desnivelamento e descolamento de placas.

4.11.1.13 Executar a pintura de todo o forro de gesso, bem como da parede frontal da Zona Eleitoral internamente e externamente, com tinta PVA latex, fazendo as recuperações devidas com massa corrida, mantendo-se as cores existentes atualmente.

4.11.2 CENTRAL DE ATENDIMENTO

4.11.2.1 Demolir o reboco das bases da parede do fundo da central, numa altura de 80 cm, bem como da parede do fundo da sala da segurança, na altura total.

4.11.2.2 Demolir o piso cerâmico existente na rampa próxima ao acesso do antigo espaço correspondente à 2ª Zona Eleitoral.

4.11.2.3 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nas paredes conforme descrito no item **4.11.2.1**.

4.11.2.4 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante, tipo Vedacit ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **4.11.2.3**.

4.11.2.5 Demolir vão na parede da antiga sala da STI, para instalar um visor para o atendimento do eleitor, bem como vão da janela circular da guarita, ampliando o vão para 1,90 x 1,40 m, para instalar nova janela de vidro temperado.

4.11.2.6 Executar verga de concreto armado sobre esse vão a ser realizado para instalação de visor.

4.11.2.7 Desmontar as seguintes divisórias tipo divilux:

4.11.2.7.1 Divisória que separa sala da OAB da sala da administração do Fórum.

4.11.2.7.2 Divisória do fundo da central de atendimento, para fechamento do vão do visor existente.

4.11.2.7.3 Divisória que atualmente fecha o espaço Gourmet do Fórum.

4.11.2.8 Remontar parte das divisórias, refazendo a divisão do fundo da central de atendimento, sem visor, criando a nova sala da OAB no pavimento superior, no antigo espaço correspondente à 2ª Zona Eleitoral e executando o fechamento do acesso ao arquivo da 27ª Zona e à sala do CPD, com uma porta e um painel fixo reaproveitados.

4.11.2.9 Fornecer e instalar mola hidráulica para porta de madeira, a ser instalada em porta existente ao lado da copa do térreo do Fórum.

4.11.2.10 Fornecer e instalar porta de madeira portensada, lisa, semi-ôca, de 0,80 x 2,10 m, completa com ferragens e fechadura, no vão existente em frente à sala da segurança.

4.11.2.11 Fornecer e instalar visor de vidro temperado de 8 mm de espessura, na antiga sala da STI, permitindo o acesso visual da central de atendimento.

4.11.2.12 Fornecer e instalar película fumê no novo visor executado na antiga sala da STI, na nova janela da guarita do Fórum e nos vidros da fachada na central de atendimento.

4.11.2.13 Fornecer e instalar vidro temperado de 10 mm de espessura, com dimensões de 1,90 x 1,40 m, na parede da guarita da central de atendimento.

4.11.2.14 Pintar as paredes da central onde foi realizada a impermeabilização, sendo que a pintura deve ser realizada na altura total das paredes. Todas as paredes da sala da segurança também deverão ser pintadas.

4.11.2.15 Executar grade de fechamento do vão existente entre a parede da frente do Fórum e a grade. O modelo da grade a ser executada deve seguir o mesmo padrão das grades existentes atualmente.

4.11.2.16 Executar revisão do portão de acesso de eleitores existente, de maneira que o mesmo possa abrir para o lado de fora.

4.11.2.17 Aplicar uma demão de tinta anti-corrosiva Zarcão na grade existente e na grade nova a ser fornecida e instalada na fachada.

4.11.2.18 Pintar com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta a grade existente e a grade nova a ser fornecida e instalada na fachada.

4.11.2.19 Executar rampa em concreto simples regularizado no acesso de eleitores à central de atendimento.

4.11.2.20 Fornecer e instalar piso cerâmico com dimensões de 34 x 34 cm, Elizabeth ou similar, na rampa próxima ao acesso do antigo espaço correspondente à 2ª Zona Eleitoral.

4.12 SEDE

4.12.1 GARAGEM

4.12.1.1 Remover as telhas onduladas de duas coberturas das garagens do último patamar, seguindo a área indicada na planilha orçamentária.

4.12.1.2 Fornecer e instalar telhas onduladas de fibrocimento, com 8 mm de espessura nas duas coberturas das garagens do último patamar, seguindo a área indicada na planilha orçamentária.

4.12.2 PLENÁRIO

4.12.2.1 Remover a manta asfáltica aluminizada existente na cobertura do Plenário sobre a copa, sobre a sala de apoio aos membros e sobre o banheiro no fundo do plenário, seguindo a área indicada na planilha orçamentária.

4.12.2.2 Remover as placas de gesso que estão danificadas no teto da copa e sobre a sala de apoio aos membros e sobre o banheiro no fundo do plenário, seguindo a área indicada na planilha orçamentária.

4.12.2.3 Impermeabilizar com manta asfáltica de 4 mm de espessura, estruturada com não-tecido de poliéster, nos locais onde haverá remoção da manta existente.

4.12.2.4 Fornecer e instalar tela de poliéster para estruturar toda a manta nova aplicada.

4.12.2.5 Executar proteção mecânica com argamassa de cimento e areia com traço 1:3 sobre toda a manta instalada.

4.12.2.6 Fornecer e instalar placas de gesso novas em substituição às que estão danificadas no teto da copa e sobre a sala de apoio aos membros e sobre o banheiro no fundo do plenário, seguindo a área indicada na planilha orçamentária.

4.12.2.7 Remover as placas de MDF que estão estragadas em função da ação de cupins, seguindo a área indicada na planilha orçamentária.

4.12.2.8 Fornecer e instalar placas de MDF com espessura de 25 mm em substituição às estragadas em função da ação de cupins, seguindo a área indicada na planilha orçamentária. As novas placas deverão ter o mesmo padrão de acabamento das existentes.

4.12.2.9 Executar a pintura de todo o contorno do teto do plenário, da copa e do sanitário em gesso, assim como a pintura das paredes da sala de apoio aos membros e a parede do hall de acesso ao

sanitário do fundo do plenário.

4.12.3 SECRETARIA JUDICIÁRIA

4.12.3.1 Executar anteparo de vidro temperado liso e incolor, com 8 mm de espessura, fixados nos balcões com tubos de aço inox de 3 cm x 3 cm, nos protocolos SJD (SEPEM e SEDIP).

4.12.4 MURO RECUPERAÇÃO (FUNDO DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E GARAGEM DE CARROS OFICIAIS)

4.12.4.1 Demolir trechos da alvenaria de pedra próximo ao acesso à garagem de veículos oficiais, que se encontram com rachaduras.

4.12.4.2 Escavar manualmente o aterro do jardim junto à alvenaria de pedra danificada próximo ao acesso à garagem de veículos oficiais, para permitir a sua recuperação.

4.12.4.3 Executar a recuperação dos muros da seguinte forma:

4.12.4.3.1 Complementar a contenção de pedra existente no muro do fundo do espaço de convivência, com a construção alvenaria de pedra granítica inclinada, seguindo o alinhamento da alvenaria existente ao lado do trecho que está apresentando problema.

4.12.4.3.2 Refazer a alvenaria de pedra granítica próximo ao acesso à garagem de veículos oficiais, utilizando internamente, tela de aço galvanizado com malha de 25 mm e bitola de 1,25 mm, pelo lado que receberá o aterro posteriormente ao reforço.

4.12.4.4 Executar o reaterro da terra removida para execução da recuperação.

4.12.4.5 Executar amarração da alvenaria existente com a nova alvenaria, empregando barras de ferro de 12,5 mm de diâmetro, chumbadas com emprego de adesivo estrutural à base de resina epoxi, tipo compound.

4.12.4.6 Executar a complementação dos buzinotes existentes na alvenaria, até ultrapassarem a nova alvenaria a ser executada, utilizando tubo de pvc rígido soldável, seguindo o padrão existente.

4.12.5 HALL DO MINIAUDITÓRIO DO ANEXO - IMPERMEABILIZAÇÃO

4.12.5.1 Retirada e posterior reassentamento de rodapé de granito nas paredes onde serão executados os serviços de impermeabilização.

4.12.5.2 Demolição do reboco existente externamente aos banheiros do Anexo, no pavimento térreo, que estão apresentando umidade ascendente. Alertamos que a demolição deverá ser realizada com ferramentas adequadas e com esmero, de maneira que não haja danos ao revestimento interno dos banheiros.

4.12.5.3 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nas paredes conforme descrito no item **4.12.5.2**.

4.12.5.4 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante, tipo Vedacit ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **4.12.5.3**.

4.12.5.5 Após aplicação do novo reboco, aplicar selador acrílico, duas demãos de massa acrílica; após o tratamento e lixamento devido, aplicar sobre todo o alinhamento da parede desde a pastilha externa, até o vidro temperado depois dos acessos aos banheiro, na altura total de piso a teto, duas demãos de tinta acrílica na cor branca, seguindo a mesma cor existente atualmente.

4.12.6 ALMOXARIFADO - DRENAGEM

4.12.6.1 Escavar ao redor da tubulação de drenagem existente no fundo do almoxarifado, a partir da caixa existente no meio do trecho de descida de águas pluviais, até a parte mais baixa, próximo ao muro do fundo do Tribunal.

4.12.6.2 Remover a tubulação nesse trecho descrito no item **4.12.6.1**.

4.12.6.3 Fornecer colchão de areia para receber nova tubulação nesse trecho citado.

4.12.6.4 Fornecer e instalar nova tubulação de concreto armado, com 600 mm de diâmetro, no mesmo local de onde será retirada a tubulação existente e que se encontra danificada.

4.12.6.5 Executar nova caixa de passagem de alvenaria de tijolo maciço, na origem da nova tubulação, nas mesmas dimensões da existente e que se encontra danificada.

4.12.6.6 Executar o reaterro manual ao redor da tubulação, utilizando compactador à percussão.

4.12.6.7 Fornecer areia de aterro para complementar o material faltante, ao redor da nova tubulação.

4.12.6.8 O entulho gerado pela execução desse serviço deverá ser removido pela CONTRATADA, cumprindo-lhe arcar com todos os custos daí decorrentes.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DE SUAS VEDAÇÕES

5.1 É dever da CONTRATADA:

5.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

5.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

5.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos seus operários e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

5.1.5 Conhecer os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda, a segurança dos operários e transeuntes durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da CONTRATADA, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.1.5.1 A obrigação constante do item **5.1.5** não se confunde com a vistoria técnica, **dispensada nesta contratação** em face de a execução dos serviços pactuados não envolver complexidade.

5.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizerem necessários à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

5.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, uma vez que não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.1.7.1 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

5.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

5.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.1.9** transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de uso pelos servidores, durante seu horário de funcionamento.

5.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar o encarregado geral responsável pela equipe de operários.

5.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

5.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e dos servidores junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os locais que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

5.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os horários de atuação da CONTRATADA, que, inicialmente, será realizada no horário comercial, podendo, se necessário, verificar-se em horários diversos, desde que devidamente justificados.

5.1.17 Registrar a contratação no CREA-SE ou no CAU-SE, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.1.17.1 A ART e o RRT devem ter como responsável um engenheiro ou arquiteto, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do início da execução contratual.

5.1.18 Indicar, no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da assinatura do Contrato, preposto para representá-la na execução do seu objeto, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro representante.

5.1.19 Cuidar para que o engenheiro ou arquiteto indicado para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenha poderes e autonomia para deliberar

sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

5.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.24 Fornecer e manter o Livro de Ordem no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.1.25 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

5.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.1.30 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho.

5.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive pelos serviços mal executados.

5.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.1.33 Garantir todos os serviços executados pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos** contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

5.1.35 Observar os termos da **Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)** e as normas do **Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015**, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.2 É expressamente vedado à CONTRATADA:

5.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

5.2.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente) a contratação.

5.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

5.2.4 Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

5.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir Nota de Empenho.

6.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da CONTRATADA.

6.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.

6.4 Receber e conferir os serviços, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

6.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

6.6 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

7 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

7.1 A Gestão da Contratação será realizada pela **Coordenadoria de Obras e Serviços – COSER**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e no Contrato e a aceitação por meio de atestação exarada nas Notas Fiscais ou Faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

7.2 A **fiscalização** da Contratação será realizada por **Comissão designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

7.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

7.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir e reformar, poderá a referida Gestora, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela CONTRATADA.

7.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

7.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do serviço contratado não poderá ser realizada sem a análise da fiscalização.

7.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e no Contrato.

7.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

7.7 Será exigido o **Livro de Ordem**, que é de adoção obrigatória, conforme Resolução CONFEA 1.024/2009.

7.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a autoria dos serviços, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

7.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou do RRT, a efetiva participação do profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

7.7.3 Neste livro de Ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o artigo 4º da Resolução 1.024 do CONFEA, a ser providenciado pelo responsável técnico pelos serviços, pelos autores dos projetos e pelo CONTRATANTE dos serviços.

7.8 A Comissão de Fiscalização lavrará Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelos seus membros e pela CONTRATADA, no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela CONTRATADA.

7.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

7.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 22/2021**, e fará constar do Termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a CONTRATADA deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

7.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a **COSER emitirá**, no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela CONTRATADA.

7.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à CONTRATADA, que deverá efetuar as correções no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, **suspendendo-se** o decurso daquele de que trata o item **7.9**.

7.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correções no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiros, podendo fazer uso da

garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a CONTRATADA faça jus.

7.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação, por parte da CONTRATADA, da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

7.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.12 A CONTRATADA fica obrigada a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da CONTRATADA pela adequação prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros.

7.14 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, Termo de Referência ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.14.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela CONTRATADA e a aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.15 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela CONTRATADA, e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.16 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela CONTRATADA todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a CONTRATADA será autorizada a apresentar os documentos de cobrança (Faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.16.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.16.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro, desde que motivado por fato superveniente à contratação.

7.16.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.17 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.16.1** e **7.16.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência, ou por quem esta delegar.

7.18 Quando as situações previstas nos itens **7.16.1** e **7.16.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.19 À CONTRATADA caberá sanar as falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.16**.

7.20 Atendidas as exigências do item **7.19**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis**, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.20.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.20.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em **até 2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

7.20.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da CONTRATADA, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.21 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da CONTRATADA sediada fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.21.1 A CONTRATADA deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do [site https://aracajuse.webbss.com.br](https://aracajuse.webbss.com.br).

7.21.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no *site* da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.22 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.20** ou **7.20.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

7.22.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.22**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.23 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da CONTRATADA relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.23.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

7.23.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.23.3 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e no Contrato.

7.23.4 Eventual mudança do CNPJ da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da Nota Fiscal.

7.24 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da CONTRATADA, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.25 Não haverá reajuste, uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da avença não será superior a **12 (doze) meses**.

7.26 Qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais comunicada à CONTRATADA suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.27 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

8.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

8.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

8.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor de cada etapa da contratação**, por dia de atraso na **finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

8.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

8.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

8.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a CONTRATADA não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na Ordem de Serviço.

8.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, **a multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

8.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência**.

8.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

8.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

8.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato e, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, resultar em prejuízo ao CONTRATANTE.

8.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

8.1.4.3.1 Para os fins do item **8.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

8.2 O valor das multas previstas nos itens **8.1.2** e **8.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, poderão ser descontados, em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

8.2.1 Se o valor da garantia ou da Fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

8.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

8.3 À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

8.3.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

8.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

8.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

8.3.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

8.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **8.3.1** e **8.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

8.4 As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

9 DAS RETENÇÕES NA FONTE

9.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos às retenções na fonte nos seguintes termos:

9.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

9.1.2 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

10 DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

10.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

11 DA RESCISÃO

11.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

11.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.3 As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **8.4**.

12 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à CONTRATADA.

13 DA GARANTIA

13.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do objeto deste Instrumento no prazo **máximo de 10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do Contrato, dentre as modalidades a seguir:

13.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

13.1.2 Seguro-garantia.

13.1.3 Fiança bancária.

13.2 Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro**, seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter sua atualização financeira.

13.3 Recaindo a opção em **títulos da dívida pública**, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

13.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

13.4.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

13.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

13.4.4 Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

13.5 A garantia de execução do objeto desta contratação corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que lhe será liberado em **até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, e o pagamento de qualquer obrigação, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

13.5.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do **2º (segundo) mês** após o encerramento do prazo da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

13.6 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

13.6.1 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

13.7 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **8.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

13.7.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

13.7.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.8 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

13.9 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

13.10 A garantia terá validade de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da data de assinatura do Contrato.

13.10.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a CONTRATADA se obriga a estender a garantia em igual período.

13.11 Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo de **até 210 (duzentos e dez) dias** contados da assinatura do Contrato.

13.12 Será considerada extinta a garantia:

13.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

13.12.2 Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo previsto no item **13.10**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

14 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilha assinada pelo licitante, elaborada a partir de sistema de orçamentação ou editor de planilha eletrônicos, devendo constar os serviços especificados, as quantidades, os preços unitários, os valores e percentuais individuais dos serviços e o valor total do objeto da contratação, seguindo a formatação (ou padrão) da Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, conforme

disponibilizado (**Anexo II** do Edital).

14.2 É obrigatória a apresentação da seguinte documentação:

14.2.1 Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.

14.2.2 Cronograma Físico-Financeiro (por itens e subitens).

14.2.3 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais.

14.2.4 Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

14.2.5 Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, não sendo permitida a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

14.3 Todos os documentos solicitados no item **14.2** deverão ser assinados por profissional técnico competente, nos termos da Lei 5.194/1966, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso.

15 DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei 13.709/2018, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, os Decretos 8.538/2015, 92.100/1985 e 7.983/2013, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e suas alterações.

ANEXO II**PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS**

(1044576, 1044678 e 1044689)

ANEXO III**DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS DO EMPREENDIMENTO**

(1044579)

ANEXO IV**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

(1044577)

ANEXO V**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS**

(1044226)

ANEXO VI**PLANILHA DE DETALHAMENTO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI**

(1044224)

ANEXO VII**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO**

ETAPAS DESEMBOLSO DE ATÉ	PERCENTUAL POR ETAPA	VALOR POR ETAPA (R\$)
1º mês	21,92%	70.517,24
2º mês	33,98%	109.320,76
3º mês	28,30%	91.054,93
4º mês	15,80%	50.809,63

ANEXO VIII**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº XX/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EM FÓRUNS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO DE SERGIPE, NO FÓRUM DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA E NA SEDE DO TRE-SE EM ARACAJU.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente, **Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto**.

CONTRATADA: **XXX**, inscrita no CNPJ (MF) sob nº XXX, estabelecida na (endereço completo, com CEP), representada pelo seu (cargo), Senhor(a) (**NOME COMPLETO**), portador(a) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei 10.520/2002, da Lei 13.709/2018, do Decreto-Lei 2.848/1940, do Decreto 92.100/1985, do Decreto 7.983/2013, do Decreto 10.024/2019, da Resolução CNJ 114/2010, da Resolução TSE 23.234/2010, da Resolução TRE-SE 120/2015, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 22/2021**, processo SEI 0010264-98.2021.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para a execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE em Aracaju, sob execução indireta, em regime de empreitada por preço global, conforme descrição a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR CONTRATADO (R\$)
1	SERVIÇO ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju, em regime de empreitada por preço global.	

1.1.1 Tabela Descritiva das Localidades para Execução dos Serviços de Conservação, Manutenção e Reparação:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR CONTRATADO (R\$)
01	Canindé de São Francisco/SE	Fórum Juiz Manoel Soares Pinto - Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro	
02	Simão Dias/SE	Fórum Des. Belmiro da Silveira Góes - Praça Lucila Macedo Dêda s/n, Centro	
03	Ribeirópolis/SE	Fórum Dr. Luiz Antônio Teixeira - Praça Manoel do Carmo de Jesus, s/n, Centro	
04	Itaporanga D'ajuda/SE	Fórum Des. José Fernandes Prado Vasconcelos - Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro	
05	Lagarto/SE	Fórum Juiz Osório de Araújo Ramos - Rodovia Antônio Martins de Menezes, s/n, Centro	
06	Propriá/SE	Fórum Juiz João Fernandes de Britto - Av. João Barbosa Porto s/n, Centro	
07	Nossa Senhora da Glória/SE	Fórum Juiz Aloísio Vilas-Boas - Av. Manoel Elígio da Mota s/n, Nova Esperança	
08	Nossa Senhora do Socorro/SE	Fórum Dr. Gilberto Vila Nova Carvalho - Rua Dr. Manoel dos Passos, s/n, Centro	
09	Campo do Brito/SE	Fórum Conselheiro Manoel Cabral Machado - Rua Gabriel de Lima, s/n, Centro	
10	Japaratuba/SE	Fórum Alberto Barreto de Azevedo - Rodovia Lúcio Prado, s/n, Centro	
11	Aracaju/SE	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, na Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José	
12	Aracaju/SE	Sede do TRE-SE - CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho	
TOTAL			

1.2 Da Especificação dos Serviços

1.2.1 Os serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju, **deverão ser executados concomitantemente**.

1.2.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização da Gestora da Contratação e será anotada no livro de ordem, assim como todo o acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

1.2.3 Será exigido o emprego de materiais e mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

1.2.4 Os materiais e/ou serviços não previstos nesta Especificação constituem casos especiais, devendo ser apreciados pela Gestora da Contratação.

1.2.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação da Gestora da Contratação e autorizado por escrito.

1.2.6 Critérios a serem obedecidos:

1.2.6.1 Nas divergências entre as medidas verificadas e as indicadas na planilha, prevalecerão as verificadas nos locais a serem reformados.

1.2.6.2 Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.

1.2.6.3 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

1.2.7 A descrição dos serviços encontra-se detalhada no **item quarto do Anexo I** (Termo de Referência) ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 22/2021**, bem como no **Anexo II** (Planilha de Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

2.1 É dever da CONTRATADA:

2.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

2.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

2.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos seus operários e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

2.1.5 Conhecer os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda, a segurança dos operários e transeuntes durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da CONTRATADA, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

2.1.5.1 A obrigação constante do item 2.1.5 não se confunde com a vistoria técnica, **dispensada nesta contratação** em face de a execução dos serviços pactuados não envolver complexidade.

2.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizerem necessários à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

2.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, uma vez que não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

2.1.7.1 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

2.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

2.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

2.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **2.1.9** transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

2.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

2.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de uso pelos servidores, durante seu horário de funcionamento.

2.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar o encarregado geral responsável pela equipe de operários.

2.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

2.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

2.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e dos servidores junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os locais que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

2.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os horários de atuação da CONTRATADA, que, inicialmente, será realizada no horário comercial, podendo, se necessário, verificar-se em horários diversos, desde que devidamente justificados.

2.1.17 Registrar a contratação no CREA-SE ou no CAU-SE, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

2.1.17.1 A ART e o RRT devem ter como responsável um engenheiro ou arquiteto, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do início da execução contratual.

2.1.18 Substituir, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, o preposto inicialmente indicado para representá-la na execução do objeto contratual, na hipótese de o TRE-SE utilizar-se do direito de assim determinar.

2.1.19 Substituir para que o engenheiro ou arquiteto indicado para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenha poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

2.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

2.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

2.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

2.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretrizes da Comissão de Fiscalização da Contratação.

2.1.24 Fornecer e manter o Livro de Ordem no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

2.1.25 Acatar as diretrizes, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

2.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

2.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

2.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

2.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

2.1.30 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho.

2.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive pelos serviços mal executados.

2.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

2.1.33 Garantir todos os serviços executados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

2.1.35 Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

2.2 É expressamente vedado à CONTRATADA:

2.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

2.2.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente) a contratação.

2.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

2.2.4 Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

2.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

2.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

2.3 É dever do CONTRATANTE:

2.3.1 Emitir Nota de Empenho.

2.3.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da CONTRATADA.

2.3.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.

2.3.4 Receber e conferir os serviços, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

2.3.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

2.3.6 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 O prazo de execução do Contrato é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se data estabelecida na ordem de serviço.

3.2 O prazo de vigência do Contrato será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da data de sua assinatura.

3.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **3.1** e **3.2** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1 O valor total do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____), em conformidade com os valores fixados por localidade, nos moldes da tabela descritiva constante do item **1.1.1** deste Instrumento.

4.2 Não haverá reajuste uma vez que o interregno entre a apresentação da proposta no certame e o término da vigência da avença não será superior a **12 (doze)** meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contado da assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade XXX (forma definida pela CONTRATADA dentre as opções do Anexo I, item **13**, do Edital do certame) no valor de R\$ XXX,XX (valor por extenso), com vigência entre ___/___/___ e ___/___/___ (**210 - duzentos e dez - dias** a contar da assinatura do Contrato).

5.1.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a CONTRATADA se obriga a estender a garantia em igual período.

5.2 A garantia assegurará o pagamento de:

5.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

5.2.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Instrumento.

5.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

5.2.4 Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

5.3 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em **até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, e o pagamento de qualquer obrigação, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.3.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do **2º (segundo) mês** após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

5.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

5.4.1 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

5.5 O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para a apresentação da garantia autoriza o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **10.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

5.5.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

5.5.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

5.6 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

5.7 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

5.8 Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo de até **210 (duzentos e dez)** dias contados da assinatura deste Instrumento.

5.9 Será considerada extinta a garantia:

5.9.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

5.9.2 Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo de **210** dias sinalizado no item **5.1**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A Gestão da Contratação será realizada pela **Coordenadoria de Obras e Serviços – COSER**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 22/2021** (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e neste Instrumento e a aceitação por meio de atestação exarada nas Notas Fiscais ou Faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

6.2 A **fiscalização** da Contratação será realizada por **Comissão designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

6.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir e reformar, poderá a referida Gestora, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela CONTRATADA.

6.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

6.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do serviço contratado não poderá ser realizada sem a análise da fiscalização.

6.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital do **Pregão Eletrônico nº 22/2021** (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e neste Instrumento.

6.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

6.7 Será exigido o **Livro de Ordem**, que é de adoção obrigatória, conforme Resolução CONFEA 1.024/2009.

6.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a autoria dos serviços, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

6.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou do RRT, a efetiva participação do profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

6.7.3 Neste livro de Ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o artigo 4º da Resolução 1.024 do CONFEA, a ser providenciado pelo responsável técnico pelos serviços, pelos autores dos projetos e pelo CONTRATANTE dos serviços.

6.8 A Comissão de Fiscalização lavrará Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelos seus membros e pela CONTRATADA, no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela CONTRATADA.

6.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

6.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 22/2021**, e fará constar do Termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a CONTRATADA deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

6.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a **COSER emitirá**, no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela CONTRATADA.

6.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à CONTRATADA, que deverá efetuar as correções no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, **suspendendo-se** o decurso daquele de que trata o item **6.9**.

6.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correções no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiros, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a CONTRATADA faça jus.

6.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação, por parte da CONTRATADA, da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

6.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.12 A CONTRATADA fica obrigada a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o

pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, Termo de Referência (Anexo I ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 22/2021**) ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.1.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela CONTRATADA e a aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.2 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela CONTRATADA, e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.3 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela CONTRATADA todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a CONTRATADA será autorizada a apresentar os documentos de cobrança (Faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.3.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.3.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro, desde que motivado por fato superveniente à contratação.

7.3.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.4 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência, ou por quem esta delegar.

7.5 Quando as situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.6 À CONTRATADA caberá sanar as falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.3**.

7.7 Atendidas as exigências do item **7.6**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis**, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.7.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.7.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em **até 2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

7.7.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da CONTRATADA, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.8 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da CONTRATADA sediada fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.8.1 A CONTRATADA deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do *site* <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.8.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no *site* da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.7** ou **7.7.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.9**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.10 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da CONTRATADA relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.10.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

7.10.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.10.3 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e no Contrato.

7.10.4 Eventual mudança do CNPJ da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da Nota Fiscal.

7.11 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da CONTRATADA, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.12 Qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais comunicada à CONTRATADA suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.13 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

8.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos às retenções na fonte nos seguintes termos:

8.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

8.1.2 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

10.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor de cada etapa da contratação**, por dia de atraso na **finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

10.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

10.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a CONTRATADA não iniciar as atividades em **até 15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na Ordem de Serviço.

10.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, a **multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

10.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa

de 0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência.

10.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

10.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

10.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação que resultar em prejuízo ao CONTRATANTE.

10.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

10.1.4.3.1 Para os fins do item **10.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

10.2 O valor das multas previstas nos itens **10.1.2** e **10.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, poderão ser descontados, em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

10.2.1 Se o valor da garantia ou da Fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

10.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

10.3 À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

10.3.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

10.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

10.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

10.3.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

10.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **10.3.1** e **10.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

10.4 As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

11.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.3 As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **10.4**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes, Nota de Empenho 2021NEXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

14.1 A CONTRATADA indica _____, CI _____, SSP/_____, CPF/MF _____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro representante, conforme previsto no item **2.1.18**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

15.1 Integram o presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão nº **22/2021** - Eletrônico, os seus Anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos a Lei nº 8.666/1993, a Lei 10.520/2002, a Lei 13.709/2018, o Decreto-Lei 2.848/1940, o Decreto 92.100/1985, o Decreto 7.983/2013, o Decreto 10.024/2019, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO DESEMBARGADOR)

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO REPRESENTANTE)

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA, Analista Judiciário**, em 13/07/2021, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1052628** e o código CRC **35846D88**.